

Itamar quer hortão comunitário para reduzir fome

Brasília (Sucursal) — O presidente Itamar Franco e o ministro da Educação, Murílio Hingel, acolheram ontem uma proposta capixaba de combate à fome e definiram que o Espírito Santo vai implantar projetos-pilotos do programa, baseado na criação de hortões comunitários. A idéia, do engenheiro agrônomo Nasser Yousseff Nasr, foi defendida por ele próprio e apoiada nas audiências pelo deputado federal Roberto Valadão (PMDB) e pelo vice-governador e secretário da Agricultura, Adelson Salvador.

Itamar se empolgou e mandou o ministro-chefe do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, ligar para o ministro Murílio Hingel, que recebeu o grupo em seguida. Hingel marcou amanhã uma viagem a Vitória do secretário executivo do MEC, Rubens Vianello, e do presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Everaldo Lucena. Em reunião com Adelson, Nasser e Valadão, eles vão iniciar o detalhamento do projeto, que prevê a participação dos governos federal, estaduais e municipais.

Merenda

A proposta abrange a descentralização da merenda escolar e o fornecimento de alimentos também para a população carente, com o envolvimento da população. Os hortões devem produzir sem o uso de agrotóxicos e garantindo a preservação ambiental, além de oferecer um custo 60% inferior ao de mercado. Prevê o treinamento de mão-de-obra e geração de tecnologia autóctone, de acordo com a realidade municipal.

Um dos pontos que mais agradou o presidente e o ministro foi a idéia de se usar estrutura já existentes nos municípios. Entram na lista as unidades da Emater, escolas agrícolas, universidades, centros de pesquisa, áreas militares, centros comunitários, sindicatos e igrejas. O projeto prevê ainda o forneci-

mento de alimentação preparada para a população carente.

Experiências semelhantes são desenvolvidas em Cachoeiro de Itapemirim, Campos (RJ), Novo Hamburgo (RS) e São Luiz Gonzaga (RS). Nesses locais, o sistema atende à merenda escolar, hospitais, creches, orfanatos, asilos e associações comunitárias, com aproveitamento de pequenas áreas e produtividade três vezes superior à média nacional. Segundo o projeto assinado por Nasser, em Campos uma área cultivada de 48 hectares produz anualmente 1.500 toneladas de hortigranjeiros. Em Cachoeiro, uma área de 11 hectares responde pela produção de 220 toneladas de hortigranjeiros por ano.

Economia

Os alimentos, segundo o engenheiro, podem ser produzidos numa primeira etapa em 60 dias (hortaliças folhosas e carnes de aves, além de outros pequenos animais, consorciados, o que garante a inclusão de proteínas no cardápio). Em 120 dias, colhem-se tubérculos e hortaliças de frutos. Caso haja necessidade, para a complementação do programa, podem ser comprados grãos, peixes, carnes e derivados, laticínios e outros produtos, diretamente de associações de agricultores.

O Governo federal gasta por ano aproximadamente US\$ 1 bilhão (Cr\$ 23,80 trilhões) com merenda escolar (uma média de US\$ 200 mil (Cr\$ 4,76 bilhões) por município). Pelo modelo, a implantação de um hortão municipal custaria em média US\$ 60 mil (Cr\$ 1,42 bilhão). Esta é a grande vantagem observada pelo vice-governador: o gasto maior seria na implantação, "uma vez só". O deputado Valadão salientou o aspecto de descentralização da merenda (tese que já defende), a produção local de alimentos e a integração da comunidade. "Acaba o turismo da merenda escolar", defende Nasser.

CPI do Fisco vai convocar o Ferreirão

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Fisco decidiu convocar o proprietário do Ferreirão Atacadista, Nahor Ferreira, além do procurador-geral do Estado, Christiano Dias Lopes Filho, e o secretário da Fazenda, Sérgio Vergueiro, para prestarem depoimento. A decisão foi tomada depois que quatro dos seis componentes da CPI visitaram, ontem, o posto de fiscalização da Secretaria da Fazenda instalado ao lado da loja Ferreirão, em Colômbia, Vila Velha.

Os deputados Brice Bragatto (PT), presidente da CPI do Fisco, e José Carlos Gratz (PFL), além de Hélio Gualberto (PSDB) e Ricardo Ferraço (PTB), mais o suplente da comissão, Carlos Magno Pimentel (PFL), decidiram conhecer de perto o trabalho que está sendo feito pela Secretaria da Fazenda, que confisca 30% do faturamento diário do Ferreirão, para pagamento da dívida de Cr\$ 500 bilhões que a loja tem com o fisco.

Durante a visita ao trêiler onde ficam os fiscais da Fazenda, os deputados foram informados sobre a sistemática de controle de entrada e saída de mercadorias da loja atacadista, para saber, principalmente, se o sistema está funcionando. "Nós queremos saber quanto o Estado já garantiu com esta medida, mas esta informação só poderá ser repassada pelo coordenador da operação, Jair Gomes da Silva, que não estava



Foto de Ailton Lopes

Os deputados Brice, Gratz, Pimentel, Ferraço e Gualberto foram ao Ferreirão observar ação fiscal

presente durante a visita", explicou Brice Bragatto.

Os deputados que compõem a CPI do Fisco pretendem visitar a Vara dos Feitos da Fazenda Pública, como forma de demonstrar a concordância dos deputados com a liminar obtida pela Procuradoria-Geral do Estado para a realização do confisco do Ferreirão. Este tipo de medida, segundo a presidente da CPI, é que garante ao Estado o recebimento dos débitos referentes ao não-recolhimento do ICMS por parte dos comerciantes inscritos em dívida ativa, montante que já chega a Cr\$ 1,5 trilhão.

Desde o dia 12, a Secretaria da Fazenda, como forma de ga-

rantir parte do pagamento da dívida do Ferreirão, instalou um trêiler ao lado da loja para fazer o controle diário das vendas. Até o dia 16 praticamente a loja não vendeu nada. Somente na semana passada é que o movimento voltou ao normal, com o registro de mais de 600 notas fiscais emitidas diariamente, com valores superiores a Cr\$ 10 milhões cada uma. Considerando esta média, a movimentação diária gira em torno de Cr\$ 6 bilhões, o que garantiria uma arrecadação de Cr\$ 1,8 bilhão pelo Estado.

Segundo informações da Procuradoria-Geral do Estado, os compradores do Ferreirão serão orientados, através da Justi-

ça, para que façam o depósito de 30% sobre o valor da fatura em juízo. Esta orientação vale para os casos das compras feitas para pagamento em 30 ou mais dias, o que significa que, enquanto o Ferreirão não quitar sua dívida, deixará de arrecadar 30% sobre sua movimentação.

A CPI do Fisco pretende ouvir, na terça-feira, o ex-secretário da Fazenda, José Teófilo Oliveira, e a diretoria do Sindicato dos Fiscais. Na reunião desta semana (a CPI se reúne sempre às terças-feiras, às 8 horas) foi ouvido o ex-subsecretário da Fazenda, Neivaldo Bragato, atualmente secretário da Fazenda da Prefeitura de Vitória.